

Nota de Enquadramento à Bibliografia

A bibliografia indicada para cada prova foi definida com base nos principais temas, âmbitos de atuação e enquadramentos legais associados a cada Perfil. Deve ser entendida como uma base de suporte à preparação dos/as candidatos/as, não como uma reprodução literal de todas as situações, opções de resposta ou formulações constantes da prova.

Tratando-se de provas com alguma componente de aplicação prática, as questões avaliam a capacidade de mobilizar conhecimentos técnicos, interpretar cenários profissionais e aplicar princípios de atuação de forma fundamentada. Assim, algumas respostas podem exigir a articulação entre diferentes referências, conhecimento académico de base e raciocínio técnico aplicado ao contexto.

A bibliografia apresentada constitui, portanto, uma orientação relevante para o estudo, mas não substitui o domínio global das matérias nem a capacidade de aplicação prática exigida para o desempenho da função.

Bibliografia parte comum

*Constituição da República Portuguesa (CRP)**

*Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) **

*Novo Código do Processo Administrativo (CPA) **

** Nas respetivas versões atuais*

Técnico de Mediação

- Assembleia da República. (1999). Lei n.º 147/99, de 1 de setembro: Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. Diário da República.
- Council of Europe. (2018). Reference framework of competences for democratic culture (Vols. 1–3). Council of Europe.
- Council of Europe. (2020). Compass: Manual for human rights education with young people (2nd ed.). Council of Europe.
- Direção-Geral da Educação. (2017). Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. Ministério da Educação.
- Direção-Geral da Educação. (n.d.). Português Língua Não Materna: Orientações e recursos. Retirado em 14 de maio de 2026 de <https://www.dge.mec.pt/portugues-lingua-nao-materna>
- Epstein, J. L. (2018). School, family, and community partnerships: Preparing educators and improving schools (2nd ed.). Routledge.
- Epstein, J. L., Sanders, M. G., Sheldon, S. B., Simon, B. S., Salinas, K. C., Jansorn, N. R., Van Voorhis, F. L., Martin, C. S., Thomas, B. G., Greenfeld, M. D., Hutchins, D. J., & Williams, K. J. (2018). School, family, and community partnerships: Your handbook for action (4th ed.). Corwin Press
- European Commission. (2004). Project cycle management guidelines. European Commission. https://international-partnerships.ec.europa.eu/system/files/2020-09/methodology-aid-delivery-methods-project-cycle-management-200403_en.pdf
- European Commission. (2015). A whole school approach to tackling early school leaving: Policy messages. Publications Office of the European Union. <https://education.ec.europa.eu/document/a-whole-school-approach-to-tackling-early-school-leaving-policy-messages>
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2012). Equity and quality in education: Supporting disadvantaged students and schools. OECD Publishing.
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2015). Immigrant students at school: Easing the journey towards integration. OECD Publishing.
- Pereira, F. (Coord.), Crespo, A., Trindade, A. R., Cosme, A., Croca, F., Breia, G., Franco, G., Azevedo, H., Fonseca, H., Micaelo, M., Reis, M. J., Saragoça, M. J., Carvalho, M., & Fernandes, R. (2018). Para uma educação inclusiva: Manual de apoio à prática. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação.
- Plano Nacional das Artes. (2019). Plano Nacional das Artes: Uma estratégia, um manifesto 2019–2024. Ministério da Cultura/Ministério da Educação.
- Presidência do Conselho de Ministros. (2018). Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho: Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva. Diário da República.
- UNESCO. (2001). Universal Declaration on Cultural Diversity. UNESCO.
- UNESCO. (2006). UNESCO guidelines on intercultural education. UNESCO.
- UNESCO. (2024). UNESCO framework for culture and arts education. UNESCO.